

Parecer nº 124/98

Data: 1998.10.07

Processo nº 468

Requerente: Direcção-Geral do Ambiente.

I – Sobre o pedido de parecer

1. Rui Costa Pinto do Semanário “O Independente” solicitou ao Ministério do Ambiente o acesso aos seguintes documentos:

- protocolo celebrado com a Universidade do Algarve;
- protocolo celebrado com a Universidade Nova;
- lista de elementos que participam nos projectos resultantes da assinatura destes dois protocolos.

2. A Direcção-Geral do Ambiente (DGA), encarregada de responder à solicitação, enviou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) pedido de parecer, subscrito pelo respectivo director-geral, nos seguintes termos:

Sobre os dois primeiros documentos (protocolos) “e considerando que a alínea a) do artigo 4º da Lei 65/93 não define protocolo como documento administrativo, solicito... parecer sobre a disponibilidade pública do mesmo, sendo certo que não contém dados ambientais na acepção do disposto no artigo 22º da mesma lei, constituindo apenas instrumento destinado à prossecução das atribuições desta Direcção-Geral”.

Em anexo, a DGA enviou cópias do pedido de “O Independente” e do protocolo celebrado entre aquela Direcção-Geral e o Gabinete de Análise Económica (GANEC) da Universidade Nova de Lisboa.

II – Apreciação

3. Importa desde já determinar com rigor o objecto do parecer, solicitado e emitido ao abrigo do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos da Administração – LADA).

A solicitação do cidadão incide sobre dois protocolos e uma lista.

Contudo, o pedido de parecer formulado pela Direcção-Geral do Ambiente se, inicialmente, se refere aos dois protocolos, logo de seguida restringe-se a um (“disponibilidade pública do mesmo”), não o identificando, mas que se deduz ser o protocolo celebrado com a Universidade Nova de Lisboa, cuja cópia foi enviada em anexo.

Perante tal formulação do pedido de parecer, este incidirá sobre a possibilidade de se aceder ao protocolo agora expressamente referido.

4. A primeira questão a dilucidar é a de saber se a LADA é aplicável ao acesso ao protocolo.

Como se viu, a Direcção-Geral do Ambiente parece considerar que não, com base no disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da lei.

Tem entendimento contrário esta Comissão.

A parte dispositiva essencial do referido preceito estabelece que são documentos administrativos quaisquer suportes de informação, de qualquer natureza: gráficos, sonoros, visuais, informáticos.... A enumeração que se segue a este trecho dispositivo é claramente exemplificativa, como se deduz do advérbio “designadamente”.

Não há dúvida que o referido protocolo, a cuja análise a Comissão procedeu, é um documento administrativo.

Mas, atente-se a outras disposições igualmente essenciais: é um documento relativo a actividades desenvolvidas (vide nº 1 do artigo 2º) pela Direcção-Geral do Ambiente e pela Universidade Nova de Lisboa que indubitavelmente também se incluem no universo consagrado pelo artigo 3º.

Assim, é um documento que tem origem e é detido por órgão do Estado, a Direcção-Geral do Ambiente, (“órgão” entendido em sentido lato, abrangendo-se a noção de órgão “stricto sensu” mas também a de serviço público) e igualmente por órgão de instituto público (a Universidade Nova de Lisboa) que também o subscreveu.

Não há pois quaisquer dúvidas quanto á aplicação do LADA ao acesso a este documento.

5. Vejamos agora com que disciplina se deve reger tal acesso.

Do teor do documento resulta que a disciplina aplicável é a do nº 1 do artigo 7º, pois a informação nele constante não tem carácter nominativo (vide alíneas b) e c) do artigo 4º da LADA), nem lhe é aplicável qualquer outra restrição consagrada na lei.

Nem o facto de o documento não conter matéria de natureza ambiental introduz qualquer alteração nesta conclusão.

III – Parecer

6. Assim, em conclusão, face ao disposto no nº 1 do artigo 7º do LADA, todos têm direito a aceder ao protocolo celebrado entre a Direcção-Geral do Ambiente e a Universidade Nova de Lisboa.

Lisboa, 7 de Outubro de 1998.

João Figueiredo (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).